

**XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS  
BRASIL.**

**04 A 07 de setembro de 2012, UFPI, Teresina-PI**

**GT: POPULAÇÕES TRADICIONAIS, PROCESSOS SOCIAIS E MEIO AMBIENTE.**

**IDENTIDADE E QUILOMBO: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM  
COMUNIDADES RURAIS NEGRAS DO CARIRI CEARENSE**

Luciana D'Almeida Chermont  
Mestranda em Sociologia pelo  
Programa de Pós-Graduação da  
Universidade Federal do Ceará,  
bolsista da FUNCAP. E-mail:  
lucianachermont@gmail.com

## **RESUMO**

No Ceará é frequente ouvir a persistente afirmação de que “aqui, não há negros”. A abolição da escravidão no Estado em 1884 representou a condenação formal da escravidão, mas não o reconhecimento social e político do negro enquanto sujeito de direito. Considerando o contexto histórico cearense e a negação da existência de comunidades rurais negras em seu território, o trabalho proposto, tem como objetivo elucidar a compreensão de como os aspectos relacionados à territorialidade, memória, parentesco e simbolismo contribuem para os processos de construção e ressignificação identitária quilombola, organização social e consolidação do quilombo, em um estudo comparativo entre duas comunidades rurais negras na região do cariri, situadas nos municípios de Potengi e Crato; uma que se reconhece como quilombola e outra que não deseja o reconhecimento.

## **Abstract**

In Ceará is common to hear the persistent assertion that "here, there is no black people" The abolition of slavery in the state in 1884 represented the formal condemnation of slavery, but not the social and political recognition of the Negro as a subject of social rights. Considering the historical context of Ceará and the denial of the existence of rural black communities in its territory, the proposed work aims to elucidate the understanding of how the aspects of territoriality, memory, kinship and symbolism contribute to the processes of quilombola's identity construction and reframing, social organization and consolidation of the quilombo, in a comparative study of two rural black communities in the region of Cariri, located in the municipality of Crato and Potengi, which is recognized as one quilombola and one who does not want recognition.

**Palavras-Chave:** Quilombo, Identidade e Territorialidade.

## 1 Introdução

No Ceará é frequente ouvir a persistente afirmação de que “no Estado não há negros”, embora apresente inúmeros vestígios étnicos nos topônimos, lendas, histórias, nas construções e manifestações culturais e religiosas, tais como reisado, congada, maracatu e irmandades.

Eurípedes Funes (2007) defende que a pouca expressividade da escravidão no estado contribuiu para disseminar tal ideia, produzindo uma lógica perversa ao relacionar negros à escravidão. Negando aos negros o direito à história, na qual eram percebidos apenas como mão de obra do sistema produtivo, desprovidos de sua condição humana, seres coisificados e sem qualquer subjetividade. Os escravos, mesmo diante das várias limitações impostas pelo sistema escravagista buscaram a construção e delimitação de determinados espaços que lhes garantissem momentos de autonomia, direito e liberdade.

A sociedade brasileira traz em sua história marcas do período do colonial escravagista, que durante mais três séculos explorou o trabalho da população africana e afrodescendente. Os negros que conseguiam fugir se refugiavam em locais estrategicamente isolados e fortificados no meio das matas: estes locais ficaram conhecidos como quilombos, sinônimos de resistência e rebeldia.

No Ceará o grande desafio na construção identitária das populações indígena e negra é fazer emergir na estrutura fundiária de todo o estado espacialidades alternativas democráticas, pois “negros e indígenas partilham a mesma experiência de serem considerados ‘povos invisíveis’, na qual ambos tiveram suas histórias rasuradas pelo discurso oficial” (RATTS, 2009). Neste contexto, Cunha Junior (2005) afirma que o embate conceitual e as abordagens sobre afrodescendência no Ceará estão relacionadas às limitações da ideia de raça biológica e raça social, os denominados brancos e negros seriam vistos como estanques e de fenótipos fixos, constituindo formas ideológicas, criando e reforçando a ideia de que no Ceará não há negros e sim uma mestiçagem de raças.

Este trabalho tem como objetivo elucidar como os aspectos relacionados à territorialidade, memória, parentesco e simbolismo contribuem para os processos de construção e resignificação identitária quilombola, organização social e consolidação do quilombo. A partir de um estudo comparativo entre duas comunidades rurais negras na região do Cariri, uma comunidade que já se

reconhece como quilombola e uma que não quer o reconhecimento. (Comunidade Carcará, em Potengi e Chico Gomes, no Crato).

## **2 O conceito de quilombo e contexto histórico do negro no Cariri cearense**

Com a invisibilidade do negro na sociedade brasileira construiu-se a noção de que o Brasil constitui uma nação multiétnica, na qual coexistem harmoniosamente múltiplas raças e etnias; o mito da “democracia racial” (FREYRE, 1998). Entretanto, a realidade social brasileira revela uma desigualdade marcante, na qual a população negra e quilombola ainda permanecem excluídas da plena cidadania, em grande parte, como resultado do seu passado histórico. Para Florestan Fernandes

(...) as transformações históricas e sociais que alteraram a estrutura e o funcionamento da sociedade, quase não afetaram a ordenação das relações sociais, herdadas do antigo regime. Ela se perpetuou com suas principais características obsoletas, mantendo o negro e o mulato numa situação social desalentadora, iníqua e desumana. (2008, p. 7).

O processo de redemocratização do Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a comemoração do centenário da Lei Áurea, contribuíram para os debates políticos sobre as relações raciais, a realidade socioeconômica dos negros no Brasil e revisão dos conceitos clássicos sobre quilombo, escravidão e abolição, resultando assim na inclusão do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais e nos artigos nº 215 e 216, que em seu texto, define que aos remanescentes de quilombo que estejam ocupando suas terras seja reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Assim, novas demandas surgem o que conforme Ilka Leite (2000) inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional, na qual afrodescendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas.

No contexto da sociedade brasileira contemporânea, pesquisar sobre quilombo e identidade quilombola implica em um processo de reflexão científica. Os debates sobre o conceito de quilombo respondem a uma reivindicação histórica da população negra que sofreu com um passado colonial e escravagista do Brasil. Conforme Ilka Leite (2000) o debate sobre quilombo faz frente a um tipo de

reivindicação que, se refere a uma “dívida” histórica que o estado brasileiro teria para com os afrodescendentes em consequência da escravidão.

O debate contemporâneo levantou a necessidade de redimensionamento teórico do conceito quilombo, cujas abordagens fundamentam a análise do conceito, que apresenta vários significados a depender da época, do contexto sociopolítico e cultural, assim como do lugar social de quem profere o discurso. A discussão teórica sobre quilombo é fundamental para os objetivos deste trabalho, já que está diretamente relacionada com a construção da identidade quilombola, considerando que a pesquisa se fundamenta em um estudo comparativo entre duas comunidades; uma que busca o auto-reconhecimento como quilombola e outra que não se reconhece com tal.

A primeira *definição de quilombo surge* em 1740, com o Conselho Ultramarino Português, que *definiu quilombo como* “toda habitação de negros fugidos, que passe de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. A concepção colonial do dominador, por motivos evidentes, não abarca a diversidade de relações entre escravos e a sociedade escravocrata, nem as diferentes formas por quais os grupos negros apropriaram-se da terra, contudo expressa o contexto de uma época e sobre o lugar social do negro escravizado.

Uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados da década de 1960, como Artur Ramos (1953) e Edson Carneiro (1958), atribuiu ao quilombo um tempo histórico passado, caracterizando-os exclusivamente como expressão de negação do sistema escravocrata e como espaços de resistência e de isolamento da população negra. Considerando a problemática pode-se questionar se esta noção consiste em um dos motivos que leva algumas comunidades negras rurais do Cariri não se reconhecerem como quilombolas.

Já na década de 1980, o historiador Joel Rufino dos Santos (2006) define quilombo em contraste com o mundo colonial, como uma organização de camponeses livres, que cultiva a terra, pratica a policultura e não destrói a natureza. O quilombo nessa concepção apresenta-se homogêneo, cuja distância entre os que mandam e os que são mandados é relativamente muito pequena. Portanto, o quilombo e a “colônia” seriam dois mundos contrastantes e conflitantes, produzindo uma tensão simbólica que, guardadas as diferenças, ainda pode ser observada na sociedade contemporânea.

Na África, segundo Munanga (2001), a noção de quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito do protetor de suas linhagens e os integravam como guerreiros num regimento de “super-homens” invulneráveis às armas de inimigos. Este simbolismo ancestral está relacionado à história dos quilombos e à construção da identidade dos negros que resistiam ao regime escravocrata no Brasil, formando comunidades.

Ao longo dos anos 80 surgem estudos sobre ressemantização nas comunidades negras rurais, parte deles problematizando a tendência em projetar sobre tais comunidades a metáfora do quilombo, assim como a busca por “africanidades” no Brasil (Vogt e Fry, 1996, p. 20). Segundo os autores, a categoria que começava a ser proposta, de “comunidades negras incrustadas”, servia justamente para evitar as noções de “isolados negros” e de “quilombos”, consideradas inadequadas, ainda que se trabalhasse com a “hipótese de que seriam resíduos de antigos quilombos, que se preservaram graças a seu isolamento histórico” (Pereira, 1981, p. 66).

As áreas de quilombos, conforme afirma Fabiani (2005), são espaços onde os grupos desenvolveram práticas de produção e reprodução do *ethos* e do modo de vida, consolidando as dimensões simbólicas que estão enraizadas no território. O que constitui um instrumental teórico relevante para a construção da identidade quilombola da comunidade, assim como para a manutenção e continuidade de suas tradições, que pode ser observada na comunidade de Carcará, no município de Potengi.

No Brasil, o conceito quilombo assumiu múltiplos sentidos e significados em diferentes épocas e regiões. O termo originalmente foi utilizado para designar um espaço e um movimento de resistência ao sistema escravocrata. O posicionamento conceitual da Associação Brasileira de Antropologia-ABA (1995) contribui como referencial para esta pesquisa, ao considerar que o conceito quilombo deva ser pensado evidenciando em seu caráter contemporâneo, organizacional, relacional e dinâmico, assim como a variabilidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do quilombo na atualidade.

Compreender os processos de construção identitária quilombola, envolve questões de reconhecimento de novas realidades culturais, sociais, políticas e

normativas a partir de uma grande variedade de situações empíricas. Caso contrário uma visão homogênea e descolada da realidade pode ser imposta aos grupos sociais envolvidos. Portanto, torna-se relevante compreender se a construção do conceito contemporâneo de quilombo conseguirá abarcar a diversidade da realidade social que este apresenta. De acordo com Arruti,

O desafio está em reconhecer no Quilombo um objeto socialmente construído, não só no plano das relações étnicas (...) mas também no plano dos discursos sobre tais relações (o antropológico, o jurídico, o administrativo e o político), capazes de pautar uma política de reconhecimento por parte do Estado; e é nesse sentido que deveríamos nos reapropriar problemáticamente desse objeto depois de termos ajudado a construí-lo. (ARRUTI, 2006, p.96)

Considerando o contexto histórico cearense e do debate teórico sobre o conceito teórico de quilombo, levanto alguns questionamentos: como se constituem os processos de construção e resignificação identitária? Quais são as relações sociais, políticas e culturais envolvidas em tais processos? Quais as motivações, sentimentos e significados envolvidos na construção identitária quilombola? Por que algumas comunidades, apesar das evidências, não se auto-identificam como quilombolas?

A ocupação das terras do Ceará ocorreu de forma distinta das demais áreas do nordeste açucareiro. Segundo Funes (2007) foi um processo mais lento, as fronteiras foram rompidas através da pecuária, o que possibilitou uma configuração social diferenciada das sociedades de engenho demandando pouca mão de obra.

Na colonização do Cariri cearense o pastoreio não se desenvolveu com tanta intensidade quanto nas outras regiões do Ceará, contudo é válido ressaltar que os principais colonizadores do Cariri vieram em busca de jazidas de metais preciosos e como não encontraram os tais metais preciosos, desistiram e optaram por uma atividade mais compensadora e rápida: a agricultura baseada no cultivo da cana-de-açúcar, considerando que já tinham a mão de obra negra adquirida para exploração

das minas<sup>1</sup>. A vila do Crato em 1804, contava uma população de 20.681 habitantes, onde 67,5% era de “pretos e pardos” livres e cativos<sup>2</sup>.

Durante os séculos XVIII a XIX a cultura canavieira constitui-se a principal atividade econômica da região, utilizada principalmente para a produção de aguardente e rapadura. No território da região do cariri encontram-se grandes fazendas e latifúndios originaria deste período, cada fazenda representando a unidade econômica e social de uma família, caracterizada pelo extremo patriarcalismo e tais constituíam os poderes hegemônicos da região.

### **3 Território, identidade e memória**

As relações sociais entre senhores e escravos se mantiveram apesar da libertação dos escravos, pois novas formas de controle foram desenvolvidas. O ato de “bondade dos coronéis”, em libertar os escravos, personificava o mecanismo de controle sobre a força de trabalho liberta.

No campo, deixa-se de ser escravo do “coronel” e passa-se a ser homens do “coronel”. São formas sociais de trabalho em que a sujeição ao senhor esta implícita. O sentido de posse, o controle e a disciplinarização não deixam de existir. Funes( 2007, p.131)“

O reconhecimento dos direitos quilombolas perpassa questões importantes que remetem, necessariamente, à identidade e ao território, pois a relação entre ambos constitui um processo dialético: na formação da identidade se produz o território, e este, por sua vez, reforça a construção identitária.

Nesse sentido, o território constitui elemento essencial na afirmação da identidade quilombola, conforme defendido por Haesbart (2002), o que evidencia a dimensão simbólica do território e a identificação que determinados grupos sociais fazem deste com seus espaços vividos. A vinculação das comunidades negras remanescentes ao território é fundamental, pois está diretamente relacionada aos meios de subsistência e à produção e manutenção da vida material. O território

---

<sup>1</sup>GIRÃO, Carneiro Valdelice. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos da capitania do Siará Grande In Historia do Ceará. Fortaleza, 1989.

<sup>2</sup>Fonte Revista do Instituto do Ceará(RIC).Tomo XXIX, p.279.

constitui elemento essencial na afirmação da identidade quilombola, conforme defendido por Haesbart (2002), que evidencia a dimensão simbólica do território e a identificação que determinados grupos sociais fazem deste com seus espaços vividos:

A apropriação e construção de identidades territoriais resultam em um fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que por sua vez, pode desencadear tanto uma desagregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor. (HAESBART, 2002, p.120)

Nas comunidades pesquisadas, os conflitos existentes sobre o território são inicialmente “invisíveis”, somente através do diálogo com os mais jovens e com a liderança da comunidade é possível observar a existência dos conflitos pela posse do território, especialmente na comunidade Chico Gomes, onde não há um sentimento de pertença ao território e é um assunto evitado entre os mais idosos. Na comunidade de Carcará, Potengi, o sentimento de pertença ao território é intenso, apesar das inúmeras ameaças sofridas pela liderança da comunidade ao identificar-se como quilombola e questionar a posse pelo território.

O sociólogo Boaventura de Souza Santos, afirma que “quem pergunta pela sua identidade questiona referências hegemônicas, mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição do outro e, simultaneamente, numa situação de carência e subordinação” (1994, p.31). Nessa perspectiva, as comunidades rurais negras ao posicionarem-se como quilombolas, na medida em que reforçam sua identidade, ao mesmo tempo passariam a questionar as referências e poderes hegemônicos da região ao exigir seus direitos enquanto quilombola e cidadão.

As comunidades rurais negras do Cariri são formadas basicamente por famílias e grupos com laços de parentescos entre si, sendo que a terra constitui a principal fonte para o desenvolvimento da agricultura de subsistência<sup>3</sup> e também de programas governamentais que contribuem para o orçamento familiar.

A identidade étnica está vinculada à noção de território e ao parentesco, que não se restringe a consanguinidade. O sentimento de pertença a um grupo é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade (Schmitt et al, 2002). Dessa forma, predominaria no território o uso comum, obedecendo à sazonalidade das atividades, produtivas ou não, considerando os laços de parentesco e vizinhança assentados em um regime de solidariedade e reciprocidade (Arruti,

---

<sup>3</sup> Fonte: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>). Acesso em setembro/2011.

2006). O que pode ser observado, tanto na comunidade de Carcará quanto Chico Gomes, que são essencialmente agrárias e com laços de parentesco, não se restringido a laços consanguíneos.

Para Roberto Cardoso (1976) um grupo étnico é uma forma de organização social e, na medida em que os agentes se valem da identidade étnica para classificar a si próprios e os outros, para propósitos de interação, eles formam grupos étnicos em processo de organização.

Segundo O'dwier (1995) a identidade não se define pelo número e tamanho dos membros, mas sim pelas experiências vividas e compartilhadas em sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo social ao debater sobre quilombo afirma que este não se refere meramente a resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, mas consiste em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação do seu território.

A importância de a identidade ser construída de maneira situacional e por contraste é enfatizada por Manuela Carneiro da Cunha (2009) na medida em que constitui uma resposta política a uma determinada conjuntura, “uma resposta articulada com as outras identidades envolvidas, com as quais forma um sistema”. A autora também ressalta que, como qualquer outra forma de reivindicação cultural, a construção da identidade constitui uma importante forma de protestos eminentemente políticos. Portanto, a construção da identidade consiste, também, em uma estratégia de valorização das diferenças, o que é relevante na construção e ressignificação da identidade quilombola.

Na construção dos processos identitários, os grupos e indivíduos criam e ressignificam a estrutura social da qual fazem parte. Para Marshall Sahlins (2003) a ressignificação ocorre em meio a história particular em que grupos e indivíduos sociais constroem e reestruturam suas culturas, tendo a ação como base da mudança histórica e o local onde reside o poder dos signos. Com isto, as memórias, as tradições e as crenças são colocadas à prova, em meio à ação de sujeitos que incorporam as novas leituras, os sistemas simbólicos e as novas visões de explicar o passado e ver o presente. Nas comunidades, Chico Gomes e Carcará, observa-se uma ressignificação nas manifestações culturais, há uma nova geração que constrói e desenvolve novos elementos nas manifestações culturais, mas valorizando a tradição, memória e história da comunidade.

A identidade étnica para Eliane O'dwier (1995) tem sido destacada das outras formas de identidade coletiva pelo fato de ser orientada para o passado, todavia não um passado voltado para a ciência histórica e sim àquele que representa a memória coletiva do grupo social, com seus relatos orais, suas lendas, mitos e tradições repassadas de geração a geração. Portanto, considerar os relatos orais, as experiências partilhadas ao longo do tempo nas comunidades rurais negras do cariri podem contribuir para a construção e rememoração do seu passado, reforçando a construção e ressignificação identitária na sociedade contemporânea. O resgate da memória é fundamental para o processo de construção identitária.

Na concepção de Boaventura de Souza Santos (1994) as identidades não são rígidas, nem imutáveis: “são resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação e em constantes transformações devido às configurações hermenêuticas, que de época para época dão novos significados a tais identidades” (p.31). Pode-se dizer que as identidades são identificações em curso. Assim, a visão de Boaventura fundamenta a noção de que as comunidades rurais negras estão em processo de construção e ressignificação identitária permanente, que podem variar de acordo com a época e a interpretação dada por cada geração.

Manuel Castells (2010) afirma que as identidades organizam significados, enquanto papéis sociais organizam funções. Castells define significado como uma identificação simbólica por parte do ator social e com base na finalidade da ação praticada pelo ator. Ao enfatizar que a construção social da identidade ocorre em um contexto marcado por relações de poder, propõe três distintas formas e origens da construção de identidades: “identidades legitimadora”; “identidades de resistência”; “identidades de projeto”.

Identidades Legitimadoras: introduzidas por instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir sua racionalização e dominação em relação aos atores sociais; Identidade de resistência: criada por atores sociais que se encontram em posições/ condições desvalorizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistências e sobrevivência bases em princípios distintos das instituições da sociedade; Identidade de projeto: quando atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, e ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (MANUEL CASTELLS, 2010; p24)

Compreender como tais conceitos estão relacionados com a construção da identidade e a consolidação do quilombo constitui uma tarefa importante na compreensão nas estruturas de relações identitárias e sociais nas comunidades pesquisadas.

#### **4 Considerações finais**

Os processos de construção e ressignificação identitária quilombola na região do Cariri Cearense perpassa as questões dos conflitos agrários, pois ameaças, medo e coerção são ferramentas usadas pela elite dominante do poder agrário aos que contestam este domínio hegemônico.

A comunidade de Carcará, em Potengi, já deu início ao processo de identificação e aguarda a certificação da Fundação Cultural Palmares. A comunidade ao se mobilizar e questionar o poder hegemônico da elite agrária passou a sofrer inúmeras ameaças e estratégias de coerção da elite agrária local. Apesar destas ameaças, a comunidade permanece com o forte sentimento de pertença ao território, resgate da memória e orgulho da identidade quilombola.

Na comunidade de Chico Gomes, município do Crato, não há um sentimento de pertença ao território e orgulho da identidade quilombola. Embora, nas memórias dos mais idosos façam referências a elementos da cultura africana e afro-brasileira.

Muito ainda preciso ser estudado e pesquisado para que se possa melhor compreender socioantropologicamente como ocorrem os processos de construção identitária quilombola em um contexto de tensão e conflito nas comunidades rurais negras do Cariri

## Referencial Bibliográfico

ARRUTI, José Mauricio. Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

ANDRADE. Maristela de Paula. “De pretos, negros, quilombos e quilombolas –notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos”. Boletim rede Amazônia. Ano 2, nº 1, 2003

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas de *Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001,

CARNEIRO, Edison: O Quilombo dos Palmares. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever, in: O Trabalho do antropólogo. 2ªed. São Paulo: editora UNESP, 2000.

CALHEIROS. Felipe Peres; STADTLER. Hulda Helena Coraciara. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 133-139 jan./jun. 2010

CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros, estrangeiros – os escravos libertos e sua volta à África, São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

CUNHA, Henrique Junior. Artefatos da cultura negra no Ceará. História e Cultura Africana e os elementos para uma organização curricular. Temas da Educação, v14, 2005

\_\_\_\_\_. História e Cultura Africana e os elementos para uma organização curricular. Temas da Educação, v14, 2005.

CASTELL, Manuel. O poder da identidade. A era da informação: Economia, Sociedade, e Cultura; Volume 2. 7ª edição; São Paulo: 2010.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro nas sociedades de classes: no limiar de uma nova era. Volume 2. São Paulo: Globo, 2008.

FABIANE, Adelmir. Mato, Palhoça e Pilão: O quilombo da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]. Expressão Popular, 2005.

FUNES. Eurípedes. Negros no Ceará in Uma nova história do Ceará. Simone de Souza (Org); 4ªed rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. [Editora Record](#), Rio de Janeiro, [1998](#).

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

\_\_\_\_\_. Obras e vidas. O antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ,2002.

GIRÃO, Carneiro Valdelice. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos da capitania do Siará Grande In Historia do Ceará. Fortaleza, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto. 2002

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Florianópolis: NUER /UFSC / CNPq / Fundação Ford, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Malinowski, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

O'DWYER, E.C. (Org) Terra de Quilombos. Edição ABA- Associação Brasileira de Antropologia . Rio de Janeiro, 1995.

Pereira, João B. Borges. 1981. "Estudos antropológicos das populações negras da Universidade de São Paulo". São Paulo: USP-FFLCH.

RAMOS, A. O Negro na Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1953.

RATTS, Alex. Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: museu do Ceará: Secult: 2009.

SAHLINS. Marshall David. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Joel Rufino. Zumbi. 2ª edição. São Paulo: Global, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52,1993 (editado em nov. 1994).

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. In: Ambiente e sociedade. Nº 10. Jan./Jun.2002. Acesso <http://www.scielo.br/scielo.php>.

Vogt, C. & Fry, P. Cafundó – África no Brasil: linguagem e sociedade. São Paulo, Companhia da Letras. 1996.